

Alternativas para o desenvolvimento rural periurbano: o caso de Três Barras, no município de Campo Grande

Alternatives for rural development in the municipality of Campo Grande

Alternativas para el desarrollo rural en el municipio de Campo Grande

Carlos José de Oliveira, Luis Carlos Vinhas Ítavo, Medson Janer da Silva e
Maria Augusta de Castilho

Universidade Católica Dom Bosco

contato: itavo@ucdb.br

Resumo: Neste estudo, analisam-se caminhos para que pequenos proprietários rurais do município de Campo Grande explorem seus potenciais endógenos e despertem para iniciativas coletivas que levem a um implemento da qualidade de vida. Identificaram-se importantes alternativas, dentre as quais se destacam: o fortalecimento da instituição associativista, a criação de um laticínio-escola, a industrialização da produção local através da agroindústria rural de pequeno porte.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Pequena propriedade rural; Desenvolvimento local.

Abstract: In this study, ways are analyzed for small rural proprietors in the municipality of Campo Grande to exploit their endogenous potential and awaken to collective initiatives which lead to an increase in the quality of life. Important alternatives were identified, amongst them being: the strengthening of the institution of association, the opening of a school for dairy products, the industrialization of local produce by way of the small scale rural agro-industry.

Key words: Family Agriculture; Small Rural Property; Local Development.

Resumen: En este estudio, se analizan caminos para que pequeños propietarios rurales del municipio de Campo Grande exploren sus potenciales endógenos y se despierten para las iniciativas colectivas que los lleven a una implementación de vida con calidad. Se identificaron importantes alternativas, entre otras se destacan: el fortalecimiento de la institución asociativista, la creación de un laticinio escuela, la industrialización de la producción local a través de la agroindustria rural de pequeño porte.

Palabras claves: Agricultura familiar; Pequeña propiedad rural; Desarrollo local.

Introdução

A região de Três Barras localiza-se a sudeste da cidade de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, e origina-se da divisão da antiga Fazenda Três Barras, nome proveniente do deságüe de três córregos. A região caracteriza-se pela existência de pequenas e médias propriedades rurais (em meio a extensas glebas, comuns no município), pela boa fertilidade dos solos, pela proximidade de um centro urbano com 600.000 habitantes, bem como pela sua comunidade harmoniosa. Contudo, ocorrem ali problemas relativos ao desenvolvimento, inerentes também às demais pequenas propriedades rurais brasileiras.

O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR) do município de Campo Grande identifica, na região de Três Barras, a remanescência da agricultura familiar em um de seus derradeiros focos de resistência, mas ressalta a ocorrência de um processo de depauperamento do solo e de comprometimento da fauna e da flora locais, assim como a constante diminuição da renda familiar originada exclusivamente da produção agrícola.

O que se observa, em diversos países,

nos dias de hoje, é que a área rural “vem se caracterizando como um espaço de pluriatividades e não mais apenas de produção agrícola, ou seja, de atividades muitas delas tipicamente urbanas, ligadas ao turismo e ao lazer, à prestação de serviços e principalmente à agroindustrialização de pequeno porte”, como sustenta Prezotto (2001). Nessa perspectiva, segundo Fuller (apud CAMPANHOLA, 1999), a pluriatividade implica “uma unidade produtiva multidimensional, em que se empreendem atividades agrícolas e não-agrícolas dentro e fora do estabelecimento, e pelas quais diferentes tipos de remuneração são recebidos (rendimentos, rendas em espécie e transferências)”. Paralelamente, Shucksmith (citado por CAMPANHOLA e GRAZIANO, 1999) sustenta que a pluriatividade resulta de uma ou mais estratégias de famílias agrícolas para a diversificação de fontes de renda. Entre essas estratégias, incluem-se: a) a busca de novos mercados em resposta à flutuação de preços; b) as tentativas de redução de riscos; c) as mudanças no ciclo familiar; d) as mudanças na dinâmica interna da família; e e) as respostas à percepção de novas oportunidades de mercado.

Os princípios estabelecidos pela

Agenda 21 brasileira, em documento elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente (2000), sustentam que todo projeto de desenvolvimento rural deve observar prioritariamente o capital social dos territórios, e não apenas promover unicamente o crescimento econômico da região. O próprio crescimento urbano, ocorrido em data recente, aumenta a procura por novos produtos e novos serviços vindos do meio rural. A proximidade em relação a centros urbanos de médio e grande porte pode ser uma vantagem para o desenvolvimento de áreas rurais periurbanas. Contudo, é preciso que as populações rurais dotem-se com os instrumentos e os conhecimentos necessários para que fortaleçam seu capital social e para que possam se tornar protagonistas da construção de seus novos territórios.

Assim, discute-se, hoje, um novo papel para o meio rural, não mais apenas o de executor de atividades exclusivamente agrícolas, mas sim o de espaço privilegiado para a realização de pluriatividade. Nesse contexto, a elaboração de planos municipais de desenvolvimento e a participação de conselhos na discussão do processo de planejamento e orçamento municipal, direcionam seus esforços, atualmente, para a aplicação sustentável do potencial local, transformando a realidade de muitas regiões do Brasil às quais faltavam perspectivas de crescimento econômico e social. Nessa linha, muitos projetos foram desenvolvidos, resgatando-se a economia de localidades e também a cidadania dos moradores, com inegável fortalecimento dos espaços locais e do capital social existentes.

A pequena propriedade rural na região de Três Barras não difere muito das demais propriedades localizadas em outros estados brasileiros, pois se caracteriza basicamente pela baixa renda ocasionada, sobretudo, pelo reduzido grau de organização dos produtores e trabalhadores, assim como pela fragmentária política pública voltada para o campo. As pequenas propriedades são, entretanto, de grande importância para o conjunto do município de Campo Grande, pois os produtos agropecuários geram inúmeros empregos e reduzem custos sociais, além de contribuir

para o equilíbrio da dinâmica populacional.

Assim, o presente estudo, com base nos fundamentos teóricos e metodológicos de Desenvolvimento Local, busca identificar meios para que os pequenos proprietários rurais, agrupados em torno da Associação de Moradores e Produtores da região de Três Barras, possam se conscientizar de seu potencial endógeno, fornecendo-se igualmente, nessa mesma perspectiva, subsídios para propostas de políticas públicas destinadas à região.

Desenvolvimento em Escala Humana

Como alicerce teórico, esta pesquisa adota o paradigma do desenvolvimento humano, por intermédio do qual os indivíduos reforçam suas próprias capacidades em campos distintos como o econômico, o social, o cultural ou o político. O desenvolvimento humano e a preservação do ambiente são garantias de oportunidades para as gerações futuras. O desenvolvimento sustentável não faz sentido se não for capaz de eliminar a fome, a miséria e a indigência, se não permitir, a todas as pessoas, o acesso a uma qualidade de vida satisfatória. Ora, os indivíduos, de forma geral, possuem múltiplas capacidades em estado de latência, necessitando apenas de direcionamento e de oportunidades para a eclosão de seu próprio desenvolvimento. Contudo, cabe aos governos e à sociedade organizada, incentivar o espírito de solidariedade e de iniciativa que conduzam a uma distribuição equânime de bem estar entre todos, oportunizando também as mesmas condições para as gerações futuras (IPEA/PNUD, 1996).

Nessa perspectiva, observa-se que vem perdendo sua importância histórica aquela antiga dicotomia existente entre o espaço rural e o urbano, que qualificava o urbano como "locus" das atividades não-agrícolas – indústria e serviços – e que atribuía, ao rural, competência exclusiva em atividades agrícolas. O que se observa, nos dias de hoje, é uma crescente heterogeneidade de atividades e opções de emprego e renda não-agrícolas, o que tem contribuído para que a população residente no meio rural tenha maior estabilidade econômica e social (SILVA, 1996).

Todavia, em territórios rurais de nosso país, as ações decorrentes da organização coletiva de forças são aparentemente incapazes de levar a cabo processos de coordenação e de desenvolvimento. Os principais obstáculos decorrem da desconfiança dos atores sociais na sua própria capacidade de agenciar mudanças benéficas ao grupo, bem como da dependência em relação às políticas públicas, da baixa participação da sociedade civil em comissões, do reduzido grau de informação dos membros de tais comissões, além da exclusiva participação de homens, ao detrimento da presença de mulheres e de jovens (ABRAMOVAY, 1999).

Nesse contexto também se inserem as pequenas propriedades rurais de Três Barras, cuja renda é reduzida e limitada, sobretudo, pelo baixo nível de organização dos produtores e trabalhadores, assim como pela fragmentária política pública destinada ao campo. A agricultura familiar da região de Três Barras caracteriza-se, como em outros lugares, pelo fato de que a gestão da propriedade e o trabalho da terra são realizados pelo mesmo indivíduo, pois a direção do processo produtivo é assegurada diretamente pelos proprietários, ainda que, muitas vezes, também se conte com trabalho assalariado complementar. Em tal estrutura organizacional, as decisões devem ser adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Ora, educação e produtividade são termos cuja proximidade parece óbvia para os que pensam em termos de desenvolvimento econômico e social. Um raciocínio simples parece sugerir que produzem melhor os que sabem mais; e que, conseqüentemente, uma das formas de melhorar a produção de bens e de desenvolver um país é aumentar a educação de seu povo. A melhor forma de educar um povo, se não a única, é através da criação de mais escolas, e do aumento dos anos de escolaridade, raciocínio que vale tanto para as áreas rurais quanto para as áreas urbanas (NUNES, 1997). Nesse processo, a educação constitui o fator de desencadeamento da competência endógena que poderá induzir a população ao desenvolvimento, sobretudo no tangente aos segmentos mais carentes e margina-

lizados (ÁVILA, 1999). Todavia, a educação dos jovens representa um grave problema para os agricultores familiares. Muitas famílias deixam a terra e vão para as periferias das cidades em busca da escola, que pode significar uma oportunidade de emprego assalariado para os filhos. Porém, mesmo quanto às crianças que estudam em escola rural, o ensino não se destina a prepará-los para permanecerem na terra. Toda a política para a educação rural tem se restringido a oferecer um arremedo da escola urbana, que nem habilita os filhos dos agricultores para dar continuidade às lides dos pais, nem os qualifica para os empregos urbanos (RIBEIRO, 2000).

Paralelamente à uma educação adequada, os produtores rurais necessitam de organização coletiva, a fim de poderem viabilizar seu próprio desenvolvimento. O associativismo e o cooperativismo são formas institucionais tradicionais de organização de produtores rurais, e facilitam o acesso a programas oficiais de fomento, ao mercado, à assistência técnica, à informação, entre outros. Teoricamente, constituem uma forma participativa de tomada de decisão, e pode-se também partir do princípio de que a união dos produtores em conselhos, comitês ou comissões, aumenta seu poder de barganha junto aos setores público e privado. No entanto, conforme advertem Silva e Campanhola (1999), muitas das associações e cooperativas passaram a atuar sem a participação dos seus associados ou cooperados nas tomadas de decisões, realizadas com apoio exclusivo na opinião da administração superior. Outras restringiram suas ações à aquisição de insumos e à comercialização dos produtos dos associados ou cooperados. Outras ainda foram constituídas em torno de um único produto agropecuário específico (milho, soja, arroz, gado de corte, avicultura, suinocultura).

As associações civis exercem um importante papel no tocante à governança em âmbito local, e o Estado tem o dever fundamental de participar na constituição dessas associações. Assim cabe ao Estado a condução de campanhas públicas de informação, em âmbito regional e local, com vistas a induzir a ação civil; por meio de

mecanismos contratuais, o Estado também deve assegurar a oferta de serviços somente através da associação de produtores – ao detrimento de indivíduos ou de empresas individuais; compete ao Estado conduzir a discussão formal sobre investimentos públicos em âmbito municipal, mas por intermédio de instâncias decisórias que incluam representantes dos governos estadual e municipal, assim como da sociedade civil (TENDLER, 1997).

Quanto à presença do Estado, cabe ressaltar que os escassos recursos destinados pelos governos ao setor agropecuário tornam-se ainda mais insuficientes porque devem alimentar burocracias improdutivas e servem a “dar o peixe várias vezes ao invés de ensinar a pescá-lo uma única vez”. Tal processo contribui a perpetuar a dependência dos agricultores em relação ao Estado e, dessa forma, aguçam ainda mais o desequilíbrio do sistema, conforme alerta Lacki (2001). A receita para a superação desses obstáculos ainda está por ser inventada, mas o pressuposto básico reside num mínimo de consenso em torno de um projeto de desenvolvimento que Casarotto Filho e Pires (1998) chamam, com razão, de “pacto territorial”. Esse pacto deve responder a cinco requisitos: agrupamento dos atores em torno de uma idéia guia; apoio desses atores tanto na execução quanto na própria elaboração do projeto; definição de um projeto que seja orientado ao desenvolvimento de atividades adaptadas ao território; realização desse projeto em um tempo definido; e, por fim, criação de uma entidade gerenciadora que expresse a unidade (sempre conflituosa, é claro) entre os protagonistas do pacto territorial. Contudo, de maneira geral, os produtores rurais, por carência de fatores necessários ao próprio desenvolvimento (educação, formação, crédito, informação), não são considerados pelo restante da sociedade local como potenciais protagonistas de um pacto territorial. Tal situação deve ser revertida pelas lideranças e pelos técnicos que assessoram a comunidade em questão.

Em última análise, trata-se de proceder à construção de um novo sujeito coletivo do desenvolvimento, que vai exprimir a capacidade de articulação entre as forças dinâ-

micas de uma determinada região. O desenvolvimento local torna-se endógeno, quando originário da mobilização de forças sociais solidárias, quando a comunidade ou grupo interage com fatores externos, transformando-se no próprio sujeito do desenvolvimento de seus espaços de vida, ampliando suas possibilidades de manobra e autonomia nas decisões a respeito de seu próprio futuro.

Com o processo de descentralização das políticas públicas ora em curso no país, fortalecem-se as iniciativas locais que acabam por estabelecer novas formas de integração e troca entre diferentes segmentos espaciais e setores de atividades. As diretrizes para as políticas públicas devem, portanto, procurar: a) identificar as potencialidades locais, incluindo as atividades não agrícolas; b) organizar a participação das comunidades locais; c) solucionar os entraves de infraestrutura que dificultam o aproveitamento das oportunidades; d) reestruturar os instrumentos institucionais para que favoreçam as ações inter-setoriais; e e) rever as formas de atuação das instituições de pesquisa agropecuária e de extensão rural do setor público (TENDLER, 1997).

Quanto à microrregião aqui tomada como objeto de estudo, ela é constituída de 50 propriedades rurais, cujas áreas variam de um a oitenta hectares, e cujos proprietários agrupam-se na Associação de Moradores e Produtores da Região de Três Barras. A área média predominante gira em torno de 20 hectares, e as propriedades são servidas por estradas vicinais não pavimentadas, em aceitáveis condições de manutenção, que dão acesso a uma rodovia asfaltada. Serviços sociais básicos, como educação e saúde, são disponíveis no próprio local, inclusive por meio de uma escola agrícola e de um posto de saúde. A exploração econômica baseia-se no gado leiteiro, na piscicultura, na criação de frango em semiconfinamento, na criação de suínos, no plantio de cana, assim como em algumas agroindústrias e um pesqueiro de lazer (ver Tabela 1). Os produtores contam com a proximidade de um importante mercado consumidor, que é a cidade de Campo Grande.

Tabela 1: Principais atividades das pequenas propriedades na região de Três Barras. 2001.

Atividade	nº propriedades	Porcentagem
Produção de Leite	23	46%
Agroindústria (queijo/rapadura/ doces/cachaça)	9	18%
Piscicultura	4	8%
Suinocultura	1	2%
Avicultura	1	2%
Ovinocultura	2	4%
Locação para lazer	3	6%
Olericultura (verduras)	6	12%
Apicultura	1	2%
TOTAL	50	100

Na Tabela 1, observa-se que 23 propriedades centram-se na produção leiteira, perfazendo 46% do total. Em segundo lugar, aparece a agroindústria, com um total de 9 propriedades, atingindo 18%. Em terceiro lugar, aparece a produção de hortaliças, que soma 12% das propriedades visitadas. Certas propriedades dedicam-se à formas modestas de pluriatividade, ainda que de maneira aleatória, impedindo o eventual fornecimento regular de determinados produtos. Nesse contexto, observa-se que a fruticultura não foi nem mesmo citada, pelos entrevistados, como atividade acessória, apesar de a grande maioria das propriedades produzir diferentes tipos de frutas, tais como laranja, limão, manga, maracujá, caju, goiaba, entre outras. Todavia, não se pode contar com essa produção para fins seguros de abastecimento, uma exigência do mercado consumidor, que busca a oferta regular de produtos, em quantidade e qualidade aceitáveis. Contudo, é expressivo, na região, o potencial para exploração de produtos alternativos à produção principal, gerando um amplo leque de atividades distintas, todas passíveis de consumo pela população da cidade próxima, uma das vantagens das regiões rurais periurbanas.

No tocante ao implemento da produção por meio do agrupamento institucional de produtores, a associação local administra um projeto de inseminação artificial que prevê a cessão de ampolas de sêmen para que o produtor trabalhe o seu próprio rebanho, com a posterior reposição do número de ampolas utilizadas. A associação também recebeu um trator e implementos agrícolas, para utilização coletiva sob supervisão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e em conformidade com Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (PRONAF). A reunião ordinária mensal, em que são discutidos os problemas comuns, reforça as relações de parceria, bem como mantém e desenvolve o exercício da cidadania, pois encoraja seus membros à luta pelo interesse coletivo. Dessa forma, a associação tornou-se também o intermediário necessário entre produtores e organismos de fomento, permitindo o acesso ao crédito governamental que é oferecido pelo PRONAF. Assim, a Associação de Moradores e Produtores tem servido de referência para outras localidades ou mesmo municípios. Observa-se que o associativismo é incentivado pelos organismos oficiais, ao mesmo tempo em que se busca fortalecer a produção local.

Paralelamente ao problema de um melhor aproveitamento do potencial produtivo local, outra questão prioritária para o desenvolvimento dos pequenos produtores rurais da região refere-se à educação de crianças e jovens. Conforme depoimento do diretor da escola agrícola local, ocorre uma redução gradativa, nos dias de hoje, no número de alunos matriculados, de onde se infere que o crescimento populacional, na região, estagnou-se ou entrou em declínio. A escola municipal local oferece o ensino fundamental (de nível I a IV) nos moldes de qualquer escola urbana, enquanto a escola agrícola introduz o ensino de práticas relativas ao campo na formação dos alunos, ainda que não cumpra plenamente o seu papel de escola destinada à população rural. Outro problema é a inexistência de escolas de ensino médio, fato que provoca insatisfação geral. Existe, portanto, uma importante lacuna na formação dos jovens, o que

pode gerar um movimento de êxodo rumo à cidade próxima, e a conseqüente perda de vínculos com o território de origem.

Na região, o trabalho feminino e juvenil relaciona-se prioritariamente com os cuidados relativos à moradia, à exclusão de uma participação direta nas atividades agrícolas. Diversos depoimentos não deixam dúvidas quanto à consciência da importância do trabalho executado pelas mulheres e jovens. No entanto, o que ocorre, de forma geral, é a participação quase nula desses atores no processo de decisão – tanto dentro quanto fora da propriedade. Aqui também se verifica um problema relativo à educação.

Alternativas ao Desenvolvimento Local em Três Barras

Os dados levantados por intermédio de visitas às propriedades, de entrevistas (questionário-diagnóstico) e de observação participante, apontaram várias alternativas para o desenvolvimento rural da região de Três Barras, com base em quesitos tais como capitalização, diversificação de sistemas de produção, educação e associativismo, integração à agroindústria, pluriatividade, entre outros. Essas alternativas são as que se analisam a seguir.

a) Fortalecimento da instituição associativista

A Associação dos Moradores e Produtores da Região de Três Barras, fundada em 1998, nasceu de uma necessidade imperiosa de cooperação entre os pequenos produtores rurais, que necessitavam reivindicar melhorias para os seus empreendimentos junto aos órgãos públicos. O modelo associativista expressa a vontade coletiva de conquistar de mercado para seus produtos, demonstrar forças quando da reivindicação de serviços e de políticas públicas. Entretanto, tal forma de participação coletiva ainda não é totalmente assimilada por todos os trabalhadores da região, sendo adotada principalmente pelo grupo mais expressivo de produtores, aquele que se dedica à bovinocultura de leite. Associados que se dedicam a outras atividades não conferem grande importância à associação, por entenderem que suas necessidades não são diretamente atendidas. Dessa forma, conclui-se que a associação

deve receber especial atenção dos organismos públicos nos aspectos referentes à organização e ao incentivo à diversificação de opções, inclusive com um trabalho de marketing, interno e externo, que resgate a auto-estima dos produtores e que divulgue os produtos e serviços oferecidos na região, de forma a agregar valores por intermédio de um alargamento do mercado consumidor. A Associação deve se conscientizar de que a condição de região rural periurbana deve ser amplamente explorada para o desenvolvimento coletivo.

b) Criação de um Laticínio-Escola

O diagnóstico realizado pela comissão encarregada de elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural indica que a exploração leiteira seria inviável na região. Contudo, estudiosos e profissionais que atuam nessa área afirmam que os principais pontos de estrangulamento do circuito de produção e distribuição já foram detectados. A solução depende do esforço de todos os segmentos envolvidos, e passa pelo aprimoramento do rebanho e das condições de criação. Assim, a competitividade dos agricultores familiares na produção de leite depende de sua capacidade em atender as especificações de qualidade/custo e em atingir uma escala de produção suficiente para a obtenção de uma renda familiar mínima (EMPAER, 1998). O ponto positivo na produção leiteira, em que pese o baixo preço pago ao produtor, é o fato de apresentar uma boa liquidez, pois o pagamento, por parte das cooperativas ou de laticínios, é realizado mensalmente.

Os produtores, por intermédio de sua associação, reivindicam a criação de um laticínio de pequeno porte dentro da área da escola agrícola. O estabelecimento deverá oferecer ensino técnico rural e produzir leite pasteurizado, queijo, iogurte, bebidas lácteas, entre outros. Esses produtos de alto valor nutritivo poderiam ser utilizados no programa de merenda escolar do próprio município, constituiriam uma alternativa de desenvolvimento para as propriedades, incentivariam o investimento na melhora genética do rebanho leiteiro e garantiriam uma renda mais satisfatória às famílias envolvidas no processo. O produto excedente

seria destinado ao consumo na cidade próxima, podendo-se criar uma imagem de qualidade e de cidadania participativa aos produtos da comunidade, que seriam identificados pelo rótulo "Três Barras". O projeto é perfeitamente viável, pois pequenos empreendimentos podem dispor de equipamentos oferecidos no mercado a custos relativamente baixos. E a qualidade almejada pode ser obtida ao longo da formação profissional oferecida pelo laticínio-escola. Naturalmente, esse estabelecimento poderia privilegiar a fabricação de queijos específicos e produtos diferenciados que alcançariam um maior valor agregado no mercado urbano.

c) Agroindustrialização rural de pequeno porte

A agroindústria rural de pequeno porte é uma importante alternativa para promover o desenvolvimento da agricultura familiar, pois pode impulsionar a geração, direta e indireta, de novos postos de trabalho e de renda, pode proporcionar uma importante forma de (re)inclusão social e econômica, assim como melhorar a qualidade de vida na região. Este tipo de industrialização oferece outras vantagens, tais como a descentralização da produção regional de matéria prima, a aproximação das agroindústrias do local da produção da matéria prima, a redução do custo de transportes, a utilização adequada de dejetos e resíduos como fertilizantes, a redução do poder poluente industrial. Tal processo pode favorecer um modelo de desenvolvimento local que valorize o meio rural, que proporcione uma maior autonomia do território, e que permita a recuperação e a preservação ambiental (PREZOTTO, 1999).

Para os proprietários rurais da região em estudo, a industrialização dos produtos agropecuários – em pequena escala – não é uma novidade, uma vez que a produção é voltada para o consumo das próprias famílias e, em menor grau, para oferecimento no mercado local. Como exemplo, podem-se citar a transformação de frutas em doces e bebidas, a elaboração de conservas vegetais, a fabricação de queijos e de embutidos, assim como a produção de defumados de carne. Nesse sentido, é necessário um projeto

de agroindústria que ofereça alternativas para a organização dos sistemas de produção e de comercialização existentes, e, mais uma vez, deve-se considerar o mercado urbano próximo para escoamento da produção, sempre em função de um rótulo de qualidade diferencial, como no caso dos produtos de laticínio, a ser desenvolvido, implantado e divulgado por intermédio da associação de produtores.

Considerações finais

A região de Três Barras possui bom potencial para o incremento e expansão da pluriatividade, principalmente pela facilidade e pelas perspectivas de industrialização e comercialização em virtude da privilegiada proximidade geográfica em relação a um centro urbano de médio porte. Ao lado desse importante mercado consumidor externo, facilmente acessível em função da disponibilidade de estradas, há também um mercado interno que pode ser fortalecido gradativamente ao longo do processo de desenvolvimento. Contudo, o fortalecimento da instituição associativista é crucial para que a região de Três Barras defina seus próprios caminhos rumo à satisfação dos anseios coletivos e à consolidação dos capitais humano e social existente na comunidade.

O poder público – notadamente o municipal – tem papel determinante na implementação de projetos de desenvolvimento, e deve assumir a função de orientador e articulador das forças e potencialidades da comunidade. Outra forma de valorização da participação popular é a criação dos conselhos municipais e a democratização daqueles já existentes. O conselho deve ser o gestor do projeto de desenvolvimento, a ele cabendo a coordenação geral (elaboração, fiscalização e avaliação). A execução do projeto cabe ao poder público e às organizações representativas da sociedade. Ao mesmo tempo, os diversos órgãos governamentais e não governamentais de assistência técnica e extensão rural devem trabalhar minimamente articulados. Esta articulação pode e deve ocorrer em forma de redes que envolvam organizações governamentais e não governamentais.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. *Sete desafios para o desenvolvimento territorial*. São Paulo: Fundação Lyndolpho Silva, 1999.

ÁVILA, Vicente Fideles de. No município sempre a educação básica do Brasil. In: *Revista Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 1, n. 1. Campo Grande: UCDB, 1999.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. Projeto Rurbano. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>. Acesso em: 1999.

EHLERS, Eduardo. *Agricultura sustentável: Origens e perspectivas de um novo paradigma*. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS / PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – IPEA/PNUD. *Relatório sobre o desenvolvimento humano*. Brasília: IPEA/PNUD, 1996.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Redução das desigualdades sociais – Agricultura Sustentável*. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Consórcio Parceria 21, 2000.

NUNES, Márcia B. M. L.; SCHWARTZMAN, Simon; WROBEL, Vera. Estratificação Social e Educação: Caminhos e Alternativas para o Homem do Campo. *Revista de Ciências Sociais*, v. 16, 1977.

PREZOTTO, Leomar Luiz. *A Agroindústria rural de pequeno porte e o seu ambiente institucional relativo a legislação sanitária*. Dissertação (Mestrado) – UFSC, 1999.

COORDENADORIA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO RURAL (Gabinete do Vice Prefeito). *Projeto para o desenvolvimento rural no município de Campo Grande*. Campo Grande: Prefeitura Municipal, 1997.

RIBEIRO, Marlene. *Educação básica do campo: um desafio aos trabalhadores da terra*, Palestra realizada em 12/03/2000. BNAF.

SILVA, José Graziano da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP, 1996.

TENDLER, J. Rural development without the urban divide: Decentralizations, participation, and other things local. SEMINÁRIO INTERNACIONAL INTERRELACION RURAL-URBANA Y DESARROLLO DESCENTRALIZADO. *Anais...* México: Taxco/Guerrero, 1997.